



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO**

Processo nº: **0010946-26.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Darlei Aparecido de Oliveira- desacompanhado(a) de advogado.**  
 Requerido: **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS FUNCIONÁRIOS DAS EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Representado(a) pelo preposto(a) Sr. Luiz Fernando Cazo, RG. 32389661, CPF. 220.812.648-38 - com sua Advogada Dra. PATRÍCIA AKITOMI DA ROCHA OAB/SP 318.085.**

Aos 07 de fevereiro de 2017, às 17:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM Juiz**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados. Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos: **1-A** requerida pagará ao requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$-8.000,00**, em **doze parcelas** iguais, fixas e consecutivas, no valor de **R\$-666,66 cada uma**, vencendo-se a primeira em **10/03/2017** e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes; **2-Os** pagamentos serão efetuados diretamente na conta corrente do autor, **Caixa Econômica Federal - Agência 3047 C/C 001 00024659-2 (CPF. 100.678.728-32)**, e o(s) comprovante(s) de depósito servir(ão) como recibo; **3-O** não pagamento de uma das parcelas, implicará no vencimento antecipado das demais além de **multa de 10%** sobre o saldo remanescente da dívida; **4-Após** o cumprimento integral do acordo, o autor dará total e irrevogável quitação, para mais nada reclamar acerca de seu capital social. Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. Homologo, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. Decorridos 5 (cinco) dias do prazo previsto para o pagamento da última parcela, sem qualquer manifestação em sentido contrário ao pactuado, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, REGISTRE-SE". E.T. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS.* Eu, Edilson de Oliveira Santos, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

**MM Juiz:**

Requerente(s):

Preposto:

Adv. Requeridos(s):